



**COMUNICADO Nº03 DA PRE E DAS DIREÇÕES DE CENTRO  
PARA A COMUNIDADE ACADÊMICA**

(PRE e Presidentes dos Colegiados de Curso – Portarias Nº 049 e Nº 053- Reitor/2020)

Tendo em vista debates levantados diante das atividades em Tratamento Excepcional (regime domiciliar), estabelecidas pela Portaria Nº 036 – Reitor/2020 e prorrogadas pelas Portarias Nº 049 e Nº 053 Reitor/2020, este comunicado visa complementar orientações anteriormente divulgadas pelos Comunicados 1 e 2 da Pró-Reitoria de Ensino e Diretorias de Centro da Unimontes. Assim, é primordial que as presentes considerações sejam lidas à luz dos documentos mencionados acima.

Percebemos uma inquietação por parte da Comunidade Acadêmica no que tange ao Tratamento Excepcional, em especial após a prorrogação do mesmo até o dia 02 de maio de 2020. Nesse sentido, ressaltamos que os Comunicados mencionados acima já indicam que cargas horárias práticas, estágios, avaliações e quaisquer outras lacunas verificadas pelos colegiados, durante este período de atividades domiciliares, deverão ser sanadas no retorno presencial. Além destas situações, também poderão ser retomadas discussões e debates, visando aprofundamentos dos conteúdos teóricos já trabalhados.

Dessa forma, em nenhum momento, a PRE e as Diretorias de Centro consideraram que o regime domiciliar substituiria o presencial. O que temos feito é orientar a manutenção da relação ensino-aprendizagem, enquanto permanecem suspensas as atividades presenciais. É preciso ter clareza de que não há dissenso quanto ao fato de reconhecermos que somos graduações presenciais e, por isso, não finalizaremos o semestre sem o devido cumprimento presencial. Nossa proposta tem sido, nesse sentido, uma alternativa à Portaria MEC 343 de 17 de março de 2020. Assim, acreditamos que nosso calendário letivo provavelmente terá mais, e não menos, do que a possibilidade aventada na Medida Provisória Nº 934, de 1º de abril de 2020.

Compreendido isso, em meio a essa situação sem precedentes e de prazo indeterminado (conforme já grifamos nos comunicados anteriores), a cada vez houver necessidade de prorrogação, entendemos que nosso calendário letivo terá, conseqüentemente, sua vigência estendida, posto que não o finalizaremos sem os devidos ajustes presenciais, independentemente do tempo que isso possa representar.

Enfatizamos que o Tratamento Excepcional foi pensado tanto como uma alternativa à referida Portaria MEC, visto que não há intenção de substituir as atividades presenciais pelo ensino à distância nem pelo regime domiciliar; quanto como uma alternativa à suspensão do calendário letivo, evitando a disjunção entre professor, instituição e acadêmicos. Por sua vez, diante da necessidade de tomada de medidas emergenciais ante a situação de pandemia, a Pró-Reitoria de Ensino, de forma colegiada, junto aos Presidentes dos Colegiados Didáticos, optou pela alternativa do Tratamento Excepcional (conforme justificativa político-pedagógica detalhada no Comunicado 2).

Nesse um mês de Tratamento Excepcional, a PRE manteve estreito contato com as Coordenações de Curso (e muitos professores e acadêmicos), acompanhando processos e encaminhamentos, bem como processos de vinculação de professores junto às Chefias de Departamento, DDRH e Secretaria Geral. Solicitou, ainda, aos Coordenadores de Curso, entre 13 e 16 do mês corrente, um levantamento sobre os acadêmicos que, por falta de acesso à internet/E-mail, não estão acompanhando integralmente o curso das disciplinas.

Notamos que os levantamentos realizados ultrapassaram em muito a lista nominal solicitada, uma vez que os coordenadores fizeram verdadeiros estudos, incluindo mapeamentos, diagnósticos, gráficos, análises quantitativas e qualitativas. Dos 24 levantamentos enviados (total de 30 solicitados), a maioria elaborou uma lista de frequência por períodos e/ou disciplinas, com observações a respeito do acesso à internet. Os dados apresentados são também resultado, na maioria dos relatórios, do cruzamento das informações prestadas entre as fontes docentes e discentes que esses coordenadores compilaram. Seis (6) relatórios correspondem a listas nominais, sendo os demais, 18, compostos por informações resultantes do cruzamento com dados qualitativos. Desses, seis (6) apresentam diagnósticos mais amplos e incluem dados de ‘questionários’ aplicados diretamente aos acadêmicos.

Os Coordenadores realizaram levantamentos mais individualizados, sobretudo nos casos de Cursos que possuem entradas anuais e semestres alternados, no qual esse contato mais próximo é ainda mais evidente. De qualquer forma, foi possível constatar que o contato mais individualizado entre professores e acadêmicos se intensificou, na maioria dos Cursos, nesse período de regime domiciliar com Tratamento Excepcional.

Além dos dados de acesso à internet, os levantamentos apresentados pelos Cursos do Centro de Ciências Humanas (CCH) também disponibilizaram dados de registro de queixa psicológica: seis (6) no total do Centro, sendo um (1) com atestado médico e um (1) com encaminhamento do coordenador ao Programa de Apoio Psicológico e Orientacional (PAPPO). Sobre os acadêmicos com necessidades educacionais especiais, o conjunto dos levantamentos enviados apontam apenas dois registros. Ressalta-se que esses aspectos não foram alvo da solicitação da Pró-Reitoria de Ensino, pois requerem estudos mais específicos. Entretanto, a disponibilização de tais dados, entre tantos outros, indica a riqueza destes levantamentos realizados.

Vale destacar o estudo realizado pela Coordenação do Curso de Ciências Biológicas (Licenciatura)<sup>1</sup>, a qual, antes mesmo da solicitação feita pela PRE, já havia iniciado a aplicação de um amplo questionário aos discentes. Alguns dados levantados foram: dos 162 acadêmicos matriculados em Montes Claros, 83% responderam ao questionário e, dos 60 acadêmicos matriculados em Unaí, 17% responderam ao questionário. Em Montes Claros, são 10 acadêmicos sem acesso à internet e seis (6) com acesso limitado. Em Unaí, são oito (8) sem acesso. Além do acesso à internet e outras questões de ordem técnica e material, o questionário contemplava categorias de saúde mental e física, capacidade de organização docente e discente, levantamento de aspectos negativos e positivos do regime domiciliar, sugestões e avaliações, dentre outros. Observa-se, assim, que 12% responderam afirmativamente aos efeitos psíquicos que dificultam o processo de estudos; 42% apresentaram cansaço e estresse por acúmulo e sobrecarga de trabalhos; 31% apontaram para o aumento do tempo de estudo/exposição em tela e seus efeitos colaterais. Entre os pontos negativos destacados, estão a dificuldade de discutir para tirar dúvidas e obter maior compreensão de alguns conteúdos. Como ponto positivo, foi apontado, principalmente, a diversificação dos recursos pedagógicos utilizados pelos professores. Por fim, os acadêmicos sugeriram o incremento dos materiais de apoio (71%); a correspondência entre os acessos e postagens com o quadro de horários das disciplinas (65%); a reposição das atividades práticas (44,5%) e a possibilidade de envio de atividades manuscritas (27%).

Os resultados desse estudo realizado no Curso de Ciências Biológicas (Licenciatura) refletem diretamente os dados e aspectos apresentados nos levantamentos dos outros Cursos, revelando que, para além da questão do acesso à internet (os estudos enviados, somados, apontam para um total

---

<sup>1</sup> Nota explicativa: a utilização desse estudo como exemplificação deve ser vista a partir de uma motivação metodológica, pois ele concentra e sistematiza, num único relatório, as diversas variáveis que estão dispersas pelos outros levantamentos.

aproximado de 5% dos acadêmicos sem acesso), as três maiores preocupações são: a sobrecarga de trabalhos; a preocupação de encerramento do semestre letivo na modalidade de tratamento excepcional e a qualidade da formação em curso.

No tocante a essa preocupação dos acadêmicos, sobrecarga de atividades, os coordenadores apontam que, sem uma plataforma que permita visualizar e planejar o equilíbrio dos conteúdos/metodologias trabalhados pelas disciplinas/módulos (como ocorre na metodologia de EAD), neste momento, tem ficado a cargo de cada docente ajustar a medida das atividades, o que dificulta a visão e o monitoramento geral do conjunto. De acordo com os levantamentos enviados pelos coordenadores, até o presente momento, verificamos que há apenas dois cursos que apresentam alerta de baixa participação e frequência. Isso pode ocorrer, também, de modo eventual com alguma disciplina isolada.

Na análise da PRE, a preocupação de encerramento do semestre letivo na modalidade de Tratamento Excepcional e em relação à qualidade da formação em curso estão diretamente associadas. Nesse sentido, esclarecemos, conforme já pontuado, que o semestre letivo não será finalizado sem as adequações presenciais necessárias. Em uma leitura sobre o conjunto dos dados, enfatizamos duas preocupações centrais: A primeira, evidente pelos dados, expressa a sobrecarga apontada pelos acadêmicos que, ao nosso ver, está associada a dois agravantes: a) consequências e efeitos colaterais da exposição por horas em telas de celular e/ou computadores; b) as diferentes metodologias sobrepostas para o regime domiciliar. A segunda, diz respeito à situação dos acadêmicos ingressantes na universidade, seja via SISU/PAES, seja pelo Edital de Vagas Remanescentes.

Considerando as discussões acima apresentadas e atentos à maior problemática levantada pelos acadêmicos, a sobrecarga de atividades, constatamos que é imprescindível, neste momento, a fim de atender também aos pleitos e manifestações do corpo discente, pausar o envio de novos conteúdos, aulas e/ou atividades, de modo a disponibilizar tempo para a devida organização da rotina de estudos por parte dos acadêmicos, visando um realinhamento do percurso.

Sendo assim, as três (3) primeiras semanas de maio serão destinadas para organização e reflexão do que foi desenvolvido pelos acadêmicos, professores e Coordenadores de Curso durante os meses de março e abril. Nesse sentido, pautados nos dados, consultas e avaliações da situação, coletadas até o momento, segue abaixo cronograma de trabalho, conforme Portaria N. 053 - Reitor/2020:

<b>Período</b>	<b>Acadêmicos</b>	<b>Professores</b>
<b>Semana 1: 04 a 09/05</b>	Realinhamento da rotina de estudos e ajustes de atividades pendentes	Repasse dos planos de estudos específicos em atenção voltada aos ingressantes.
<b>Semana 2: 11 a 16/05</b>	Plantões de dúvidas e orientações a partir de demanda dos acadêmicos aos professores.	
<b>Semana 3: 18 a 23/05</b>	Semana para entrega de atividades (muitos professores têm aceitado trabalhos manuscritos enviados como fotos pelo celular, o que é altamente recomendável nesse momento). Esta data não se aplica aos casos em que os professores já definiram o prazo de entrega para o momento do retorno presencial.	
<b>Semana 4: 25 a 30/05</b>	Recesso letivo	Entrega de relatório sucinto sobre o andamento da disciplina no período de tratamento excepcional, para a Coordenação do Curso 29/05/2020: <b>Fórum dos Coordenadores de Curso de Graduação</b> – modo online
<b>Semanas 5 e 6: 01 a 10/06</b>	Recesso letivo	

Nestas semanas, programadas para organização da rotina de estudos pelos acadêmicos, plantão e entrega de atividades, os professores devem evitar inserir novos conteúdos ou aulas, aguardando nesse prazo os trabalhos e atividades que tenham sido solicitadas até 30/04. Nessa última semana de abril, o ritmo deve ir desacelerando, com os professores realizando balanços e retornos aos acadêmicos sobre o que já foi trabalhado, para que os estudantes possam ter maior segurança quanto ao trajeto percorrido até aqui. Este retorno aos acadêmicos não deve ser confundido com atribuição de nota para as atividades, mas sim, como transcurso de um debate que poderá ser aprimorado no futuro retorno presencial.

As coordenações de Curso continuarão acompanhando o desenvolvimento das atividades por parte dos professores e acadêmicos; receberão os relatórios por parte dos professores (conforme previsto para a Semana 4 do planejamento acima), e compartilharemos as experiências vivenciadas no **Fórum de Coordenadores de Graduação, a ser realizado no dia 29 de maio** de modo online.

Futuramente, em data ainda incerta, ao retornarmos presencialmente, cada Professor/ Disciplina/ Módulo, em diálogo com os acadêmicos, cada Coordenador de Curso indicará quanto tempo de aula presencial será necessário para atender as lacunas e retomar discussões, tornando possível, posteriormente, o fechamento do semestre letivo. Assim, conforme já mencionado, o semestre letivo em curso ultrapassará os 100 (cem) dias letivos previstos no calendário. Nesta proposta, o semestre em curso segue vigente até a data necessária para garantir as complementações presenciais de acordo com a avaliação de cada colegiado sobre o conjunto de suas disciplinas/módulos, utilizando como critério norteador desta discussão a qualidade da aprendizagem dos acadêmicos. Lembrando que os colegiados deverão traçar estratégias específicas para os primeiros períodos, visando garantir o adequado desenvolvimento de percurso acadêmico.

Reiteramos (Comunicado N. 02) que, pela própria natureza do Tratamento Excepcional e pelas várias dificuldades que nos encontramos nesse momento, permanece a critério de cada Colegiado de Curso decidir sobre a necessidade, ou não, de selecionar determinada(s) ferramenta(s) ou forma(s) de acesso no contato com os acadêmicos. Posto que não compete a PRE impor uma homogeneização, considerando que cada Colegiado, dentro de sua autonomia, conhece profundamente a realidade de seu curso, professores e acadêmicos.

No caso das avaliações, os professores, junto aos acadêmicos, deverão refletir sobre a possibilidade de utilizar ou não as atividades realizadas durante o regime domiciliar como parte do processo avaliativo, valorizando e validando-as posteriormente. Recomendamos que esse processo avaliativo leve em consideração tudo o que foi realizado, bem como o preenchimento de lacunas verificadas, permitindo a adequada visão geral do processo percorrido no período do regime domiciliar, garantindo condições iguais para o bom desempenho dos acadêmicos. Ou seja, só será possível finalizar o processo avaliativo no retorno presencial.

Dessa forma, após o retorno das atividades presenciais será possível focar no preenchimento das lacunas, desde casos particulares associados ou não ao acesso à internet para acompanhamento do regime domiciliar, até Estágios Obrigatórios Supervisionados. Portanto, este período presencial não se trata de reposição, mas sim da retomada de conteúdos teóricos ou práticos, que forem considerados imprescindíveis para o bom desempenho acadêmico nas competências e habilidades que aquela disciplina/módulo exige, seja pela indicação do docente, seja pela indicação do corpo discente. Assim, será momento de retomadas, revisões, complementações e aprofundamentos, além do cumprimento das atividades avaliativas e carga horária prática, conforme a dinâmica e estratégia pedagógica indicada de acordo com a especificidade de cada curso/colegiado. Informa-se que os encaminhamentos para revisão do calendário serão propostos no Fórum de Graduação, considerando a realidade de cada curso e posteriormente encaminhados para apreciação do CEPEX.

Importa ressaltar que essa experiência tem nos permitido aprofundar o conhecimento de nossa realidade. É interessante perceber que o acesso à internet com computador, por exemplo, se amplia na medida em que os estudantes vão avançando os semestres cursados (de fato, raramente um acadêmico de pós-graduação não tem acesso a um computador). Outro dado que chama atenção é que, em Campus distante da sede, como Espinosa, por exemplo, há proporcionalmente maior acesso à frequência das aulas e internet do que algumas disciplinas/módulos/cursos em Montes Claros. Os registros de matrículas da Secretaria Geral obtiveram visível aprimoramento, além do crescimento de acessos dos professores ao GIZ, que só ocorria, em muitos casos, no final do semestre letivo.

Esses estudos devem servir, ainda, para que a Instituição possa traçar programas/projetos associados ao acesso a tecnologias e equipamentos, dentre o aprimoramento de outras práticas, uma vez que as desigualdades que vem à tona nesse contexto estão dadas há muito tempo e não constituíam foco de devida atenção – e que, a partir de agora, devem passar a ser.

Tem sido um incentivo que, em momentos difíceis e desafiadores como esses, tantos coordenadores, professores e acadêmicos estejam empenhados em dar o melhor de si e unir esforços para que, criticamente, mas de forma propositiva e afetuosa, possamos encontrar soluções aos problemas diversos que temos que enfrentar cotidianamente. A eles, nosso profundo respeito, reconhecimento e gratidão.

É muito precioso nessa experiência, com todos os erros, acertos e percalços perceber a qualidade e potenciais dos nossos vínculos, entre professores e estudantes, entre os estudantes e a instituição. Trata-se de uma nova rotina de estudos e trabalho que precisamos, passo-a-passo, ajustar. A PRE não toma decisões arbitrárias e centralizadas, ao contrário, indica caminhos, fundamentada sempre em amplos processos de consulta e com base em estudos, análise de dados e cenários e diálogo permanente e transparente.

Estamos certos de que uma Universidade não se faz a partir de cúpulas de gestão e sim a partir das ações de cada um de nós. Nosso país tem muito a amadurecer em suas formas de participação política, em suas práticas de cidadania e na Universidade essa realidade não é diferente, considerando que a comunidade acadêmica representa um amplo reflexo dos processos vividos na sociedade.

É preciso, então, continuar aprendendo juntos. Em casa e em segurança.

Montes Claros, 24 de abril de 2020

Profa. Helena Amália Papa  
Pró-Reitora de Ensino

Profa. Andrea Jakubaszko  
Pró-Reitora Adjunta de Ensino

Profa. Maria Ângela F. Braga  
Diretora do CCSA

Profa. Marileia de Souza  
Diretora do CCH

Prof. Guilherme Barbosa Vilela  
Diretor do CCET

Profa. Nair Amélia Prates Barreto  
Diretora do CCBS

Profa. Andrea H. P. De Fazio  
Coordenadora de Graduação – PRE